



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

13ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais

Súmula – Síntese dos encaminhamentos

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um o Subsecretário de Cultura do Estado, Fábio Caldeira Castro Silva, contando com a presença da Vice-Presidente do Consec, Maria Magdalena Rodrigues Silva, iniciou às 17h15 a 13ª Reunião extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais. A reunião aconteceu de forma Virtual, contando com a presença verificada de 19 membros titulares e 03 membros suplentes no exercício da titularidade, quais sejam:

1. Maria do Carmo Barbosa Sousa – Titular
2. Aryanne Ribeiro - Titular
3. Sula Kyriacos Mavrudis - Titular
4. Alanson Moreira Teixeira Gonçalves - Titular
5. Charles Eládio Nazareth Faria - Titular
6. Maria Regina Fagundes Amaral – Titular
7. Rodrigo Antônio Cezário – Titular
8. Maria Magdalena Rodrigues Silva – Titular
9. Eduardo Pádua Rodrigues – Titular
10. Priscila Daiane de Moraes – Titular
11. Jeferson Rios Domingues – Titular
12. Ênio Bernardes de Andrade – Titular
13. Cacilda Maria Ribeiro - Titular
14. Guilardo Veloso de Andrade Filho – Titular
15. Emanuel Geraldo da Silva – Titular
16. Isabela Romancini Ribeiro – Titular
17. Moacyr Laterza – Titular
18. Thiago Tomaz de Souza Chaveiro - Titular
19. Arthur Henrique Soares Sales Duarte – Titular
20. Eliane Denise Parreiras Oliveira - suplente no exercício da titularidade
21. José Oliveira Junior – suplente no exercício da titularidade
22. Eduardo Silva da Silveira – Titular
23. Xisto José Pinto Costa - suplente
24. Mariana Ramos Botelho Dutra - suplente
25. Wenderson Godoi Santos - suplente
26. Marcos Tulio Damascena - suplente
27. José Carlos de Paula – suplente
28. Marcelo Rodrigues dos Santos - suplente
29. Pedro Rocha Galvão Junior - suplente
30. Frederico Amaral e Silva - suplente
31. Sofia Benfica Blaso de Souza - suplente

Além dos conselheiros presentes participavam da reunião representantes da Secult e Convidados, sendo eles: o Subsecretário de Cultura, Fábio Caldeira Castro Silva, a Secretária Executiva, Regina Vieira de Faria Ferreira (SECULT), Jean Sérgio Gomes Oliveira (SECULT), Ana Cristina Pontes (ALMG), Rosângela Sant'Ana Fialho (Ponto de Cultura) e Taynã Fernandes Araújo Paes (Ponto de Cultura),

Estavam previstos três pontos de pauta e houve um pedido de inserção de novo ponto em regime de urgência, bem como a votação do calendário de reuniões para 2021. Os pontos originais de pauta eram:

O Subsecretário de Cultura, Fábio Caldeira abriu a reunião, registrando a pauta:

- Definições prioritárias no planejamento e execução do sistema estadual de financiamento para 2021/2022.
- Apresentação da proposta orçamentária da Secult para 2021.
- Atribuição para a Câmara de Fomento do Consec para coordenar os processos de Revisão ordinária da Lei 22.944/2018 e 22.627/2017.

Em seguida, passou a palavra ao técnico da Secult, José Junior, que deu andamento aos trabalhos. Os pontos inseridos foram a votação do calendário e apresentação da carta apresentada por alguns conselheiros à Defensoria Pública acerca de questões específicas da LAB.

O Conselheiro Wenderson perguntou se não deveria acontecer a leitura da ata da última reunião, ao que foi respondido que os procedimentos foram simplificados, uma vez que não expressos efetivamente no regimento e a ata da reunião de dezembro já tinha sido validada e assinada digitalmente pelos conselheiros, já tendo sido inclusive publicada no diário oficial, pela urgência para a publicação da recondução dos conselheiros e podermos realizar esta reunião extraordinária. Alguns conselheiros perguntaram no chat da reunião se a Superintendente Luciana Praxedes não participaria da reunião e José Junior esclareceu que ela estava em reunião com Iepha, controladoria setorial e jurídico com temas específicos e urgentes da LAB.

Começamos com a apresentação dos novos conselheiros representantes do poder público, por parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento e Gestão. Em seguida votou-se a inserção do ponto de pauta sobre a carta da Defensoria Pública, em regime de urgência. José Junior pontuou que o regimento do Consec não dispõe sobre a apresentação de pautas pela sociedade civil em regime de urgência (bem como de diversas indicações formais de procedimentos), mas foi adotado procedimento semelhante em outros conselhos da mesma natureza. O ponto foi aprovado pelos presentes e passou a compor a pauta da reunião, sendo, então, o quarto ponto da pauta.

Em seguida, passou-se à aprovação do calendário de reuniões ordinárias de 2021, que foi assim proposto:

- 04/02 | Mandato atual REUNIÃO ORDINÁRIA
- 04/03 | Mandato atual Formação conselheiros / Encontro conselheiros e ativistas
- 18/03 | Mandato atual REUNIÃO ORDINÁRIA
- 08/04 | Mandato atual REUNIÃO ORDINÁRIA
- 13/05 | Mandato atual ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA MANDATO ATUAL
- 08/06 | Próximo mandato REUNIÃO ORDINÁRIA
- 07/07 | Formação conselheiros / Encontro conselheiros e ativistas
- 10/08 | Próximo mandato REUNIÃO ORDINÁRIA
- 05/10 | Próximo mandato REUNIÃO ORDINÁRIA
- 07/12 | Próximo mandato REUNIÃO ORDINÁRIA

Explicou-se que os meses de Julho, reservado para formação dos novos conselheiros que tomarão posse em breve, e de Setembro e Novembro, reservados para as ações dos setoriais e das câmaras temáticas, não teriam reuniões ordinárias. (Posteriormente, quase ao final da reunião o conselheiro Rodrigo Cezário levantou o tema de mudança dos horários de reunião para maior efetividade das discussões, no que foi seguido pelos outros conselheiros. Houve a lembrança que antes da pandemia as reuniões do Consec duravam dois horários, manhã e tarde). Conselheiro Xisto questionou se o conselho teria que votar a pauta do FUTURO CONSECO, ao que José Junior explicou que a votação era do calendário e não dos temas a serem tratados pelos novos conselheiros.

A proposta de calendário foi aprovada pela maioria dos presentes.

O próximo ponto de pauta foi sobre as prioridades dos mecanismos de financiamento do estado. José Junior começou apontando os números de distribuição regionalizada do FEC entre 2015 e 2019, demonstrando como os números concentravam ações na Região Intermediária de Belo Horizonte. Fez uma explicação da motivação de apresentar os dados regionalizados e utilizando o mesmo esquema de regionalização utilizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Ficou definido que os conselheiros que representam a pasta do planejamento vão conduzir com o Consec uma explanação sobre a regionalização do estado e alternativas de inclusão de aspectos culturais no planejamento do estado como um todo.

Houve a constatação de que três Regiões Intermediárias do estado tiveram resultados abaixo de 3% do total durante este período, quais sejam a Região Intermediária de Patos de Minas, a Região Intermediária de Uberaba e a Região Intermediária de Governador Valadares. E também que não é somente um problema de aprovação, mas de regiões inteiras do estado que não apresentam projetos ao FEC, o que impacta diretamente na possibilidade de ampliação ou não dos percentuais de aprovação. Estes apontamentos foram a base para as estratégias que a Secult apresentou em seguida aos conselheiros. A Conselheira Sula e o conselheiro Emmano levantaram a questão da redação dos editais serem confusas para mais os simples e que os gestores de cultura do interior também precisam ser instruídos neste processo.

Antes de entrar nas propostas a serem discutidas efetivamente, foram apresentados os valores autorizados no orçamento para 2021 para os mecanismos do FEC (da ordem de R\$ 16 milhões) e da renúncia fiscal (da ordem de R\$ 116 milhões), de modo a dar um panorama aos conselheiros sobre os mecanismos.

A Secult propôs centrar esforços em duas estratégias centrais, quais sejam um processo formativo para elaboração de projetos em Regiões Intermediárias com menor número de inscritos, além de outras ações de formação, e a elaboração de Editais Regionalizados, com foco principal nas Regiões Intermediárias com menor participação no FEC 2018/2019/2020 e na LAB, sendo, em síntese, estratégias de regionalização para os 777 municípios do estado com até 50 mil habitantes.

Foram apresentadas as propostas de prioridades para o ano de 2021:

- Edital Geral
- Editais Culturas Populares (ainda em definição, aguardando confirmação do MTUR sobre como o recurso poderá ser utilizado, considerando o empenho global 05 e 27 LAB)
- Edital Reforma e Estrutura física Pontos de Cultura (em negociação)
- Edital Corporações Musicais e Edital Cineclubes (em negociação)
- Editais Regionalizados de acordo com prioridades das Regiões Intermediárias
- Editais obrigatórios ligados às Emendas Impositivas dos deputados estaduais / ALMG

Após a explanação, os conselheiros discutiram os pontos apresentados, tiraram as dúvidas sobre cada ponto apresentado e condensaram as seguintes propostas para serem possivelmente incorporadas ao plano dos mecanismos para 2021:

- O Conselheiro da secretaria da Fazenda, Eduardo, recomenda atenção para não haver contingenciamento dos recursos do FEC neste ano;
- Conduzir um processo de formação/ informação dos Patrocinadores, visando ampliar o número de empresas que aportam recursos via LEIC e, conseqüentemente impactam também no FEC;
- Tornar os editais setoriais mais acessíveis para a cultura popular, incluindo o circo;
- Elaborar uma série de critérios específicos para as culturas afro-brasileiras, populares e tradicionais;
- Ampliar a acessibilidade às tecnologias por parte dos empreendedores/proponentes;
- Questionamento apresentado se os Editais da CEMIG e outras estatais mineiras serão públicos, uma vez que poderiam compor o panorama geral do financiamento público
- Atenção para conduzir desde já uma negociação com a Assembleia Legislativa sobre as Emendas parlamentares (Ana Cristina Pontes, Técnica da ALMG presente à reunião, falou sobre a importância de conciliar as Revisões do PPAG com as discussões efetivas sobre as Emendas parlamentares / emendas Impositivas;
- Foi sugerido que a Secult planeje uma forma de haver estruturas Regionalizadas para apoio e formalização;
- Sugestão de que se estude formas legais de retomar programas de apoio aos artistas profissionais gerenciados diretamente pelos setoriais em conjunto com a Secult;

A Secult apontou que fará apresentação e recebimento de sugestões para o Plano da diretoria de Economia Criativa, a ser discutido na RO de março, que impacta diretamente neste processo. Surgiu uma discussão levantada pelo conselheiro Guilardo e tratada também pelo conselheiro Tomaz sobre o artesanato e uma necessidade de aproximação dos setores responsáveis no poder público, mas José Junior apontou que, apesar de ser tema importante, não fazia parte do elencado para esta reunião, mas poderia ser pautado em próximas reuniões.

Antes do final da reunião, a conselheira Magdalena Rodrigues comunicou que está deixando a vice presidência do conseq por questões particulares e porque precisava dar mais tempo à organização do SATED, acreditando ter contribuído para os processos no prazo estabelecido e somando já diversos mandatos. Os demais conselheiros aplaudiram a conselheira, agradeceram pela dedicação e ficaram com o compromisso de votar quem ocupara o posto no período até a eleição dos novos conselheiros.

Aproximando-se das 19h30, os conselheiros pediram verificação de quórum e constatada a queda do quórum, sugeriram que se marcasse uma próxima extraordinária para dar continuidade às pautas.

Após discussão, definiu-se pela data de 09/02, entre 14h e 18h e um pedido expresso para que os conselheiros se esforçassem para reservar o horário todo para estarem presentes na reunião e conseguirmos vencer as pautas, que são urgentes.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação da Sessão Virtual na página da Secult.

A reunião foi encerrada às 19h28 e está fielmente descrita nesta ata lavrada por mim, Maria Magdalena Rodrigues da Silva, Vice presidente, assinada digitalmente e validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2021

Maria Magdalena Rodrigues da Silva

Vice Presidente do Consec

Leônidas José de Oliveira

Presidente do Consec



Documento assinado eletronicamente por **Guilardo Veloso de Andrade Filho, Cidadão**, em 09/02/2021, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ENIO BERNARDES DE ANDRADE, Cidadão**, em 09/02/2021, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Fagundes Amaral, Usuário Externo**, em 09/02/2021, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Priscila Daiane de Moraes, Cidadão**, em 09/02/2021, às



14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alanson Moreira Teixeira Gonçalves, Cidadão**, em 09/02/2021, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Magdalena Rodrigues da Silva, Usuário Externo**, em 09/02/2021, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 09/02/2021, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanoel Geraldo da Silva, Cidadão**, em 10/02/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sula Kyriacos Mavrudis, Cidadão**, em 11/02/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Tomaz de Souza Chaveiro, Diretor (a)**, em 11/02/2021, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues dos Santos, Usuário Externo**, em 11/02/2021, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Túlio Damascena, Cidadão**, em 11/02/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Denise Parreiras Oliveira, Presidente(a)**, em 11/02/2021, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Usuário Externo**, em 11/02/2021, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Antonio Cezário, Usuário Externo**, em 11/02/2021, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO BARBOSA SOUSA, Cidadão**, em 11/02/2021, às 20:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Cacilda Maria Ribeiro, Usuário Externo**, em 12/02/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Silva da Silveira, Auditor(a) Fiscal da Receita Estadual**, em 12/02/2021, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Rios Domingues, Usuário Externo**, em 12/02/2021, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Ramos Botelho Dutra, Usuário Externo**, em 12/02/2021, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Amaral e Silva, Superintendente**, em 15/02/2021, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Henrique Soares Sales Duarte, Servidor(a) Público(a)**, em 22/02/2021, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Xisto José Pinto Costa, Usuário Externo**, em 25/02/2021, às 19:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Romancini Ribeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 26/02/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Rocha Galvão Júnior, Servidor(a) Público(a)**, em 01/03/2021, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25284505** e o código CRC **FEB0E5B7**.